

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### A Cláusula Compromissória de Arbitragem nos Contratos Individuais de Trabalho e a Natureza Irrenunciável dos Direitos Trabalhistas

#### Autor(es)

Administrador Kroton  
Ana Luiza Souza Neves  
Flávia Rodrigues Cantagalli  
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor  
Felipe De Almeida Campos  
Ivone Alves De Sousa Santos

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

#### Introdução

Atualmente é bastante comum a utilização da arbitragem como meio alternativo de resolução de conflitos. Trata-se de uma das formas de resolução de conflitos fora da esfera do Poder Judiciário. Grande é a discussão acerca da possibilidade da utilização da arbitragem nas relações individuais trabalhistas.

O art. 507-A da CLT, incluído com a Reforma Trabalhista, trouxe para o empregado que tenha como salário valor superior ao dobro do teto dos benefícios da Previdência Social a possibilidade de cláusula compromissória de arbitragem em seu contrato de trabalho, desde que por sua iniciativa ou concordância expressa.

No estado de subordinação em que se encontra o empregado, sua concordância com a cláusula compromissória de arbitragem estaria eivada de vício de vontade implícito. Sendo assim, Cesário (2018) diz que teria sido conveniente que além do critério econômico o legislador tivesse utilizado redação aproximada do art. 444 da CLT, exigindo-se também um diploma de nível superior.

#### Objetivo

##### OBJETIVO GERAL

Analizar a constitucionalidade da presença de cláusula compromissória de arbitragem nos contratos individuais de trabalho.

##### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analizar se o fato do empregado receber um salário superior o coloca em condição de igualdade com seu empregador, além de verificar a proteção aos direitos trabalhistas que possuem natureza indisponível.

#### Material e Métodos

Foram utilizados como material para a elaboração da presente pesquisa artigos científicos disponíveis na internet relativos ao tema. Também foi utilizado para esta pesquisa o livro “Curso de Direito do Trabalho”, de Maurício Godinho Delgado.

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



Durante a pesquisa percebeu-se que grande parte dos juristas trabalhistas não concordam com a nova redação dada pela reforma trabalhista, tendo em vista que a arbitragem é adequada para conflitos em que as partes estejam em situação de igualdade, o que não ocorre entre o empregador e o empregado.

No entanto, pode-se deduzir que a implantação da possibilidade de adesão do trabalhador à cláusula compromissória de arbitragem seria totalmente desvantajosa para ele, considerando que este poderia estar renunciando de forma implícita seus direitos trabalhistas.

### Resultados e Discussão

É importante ressaltar que a Constituição apenas dispõe sobre a possibilidade da arbitragem para conflitos trabalhistas coletivos. No entanto, percebe-se que a nova redação dada pela reforma trabalhista, além de estar relativizando o princípio da proteção ao trabalhador, está também afastando norma constitucional dotada de imperatividade.

A arbitragem, em tese, somente pode ser utilizada para solução de conflitos nos quais sejam tratados direitos patrimoniais disponíveis. Tendo em vista a natureza dos direitos trabalhistas, que são irrenunciáveis e indisponíveis, não seria correto o uso da arbitragem em conflitos dessa natureza.

Sendo assim, conforme Almeida (2020), a natureza dos direitos trabalhistas não se altera em razão do valor da remuneração recebida pelo empregado, não devendo ser esse critério utilizado para instituição do instituto em questão.

### Conclusão

Ao final da pesquisa foi possível concluir que a utilização da arbitragem como forma de resolução de conflitos oriundos do contrato de trabalho não é muito aceita pela doutrina. Razão essa plenamente compreensível, tendo em vista que o principal princípio do direito do trabalho é o da proteção ao empregado e, ao aderir cláusula de arbitragem, o trabalhador estaria, de forma implícita, renunciando direitos trabalhistas oriundos do contrato de trabalho.

### Referências

- ALMEIDA, Maira de Souza. A constitucionalidade da via arbitral para dirimir conflitos individuais trabalhistas. Revista Direitos, Trabalho e Política Social. Vol.7. Nº 12, 2021.
- CESÁRIO, João Humberto. Desmistificando a arbitragem trabalhista. Revista Ltr: Legislação do trabalho. Vol. 82. Nº 12, 2018.
- MEZZOMO, Natália Moreira. A cláusula compromissória de arbitragem no contrato (de adesão) do trabalhador. Recife, 2017.